

FACULDADE METROPOLITANA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**FABIANA CARLA DOS SANTOS SILVA
IZABELLA REGINA CORAT**

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
PRÁTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL, COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA**

RIBEIRÃO PRETO –
SP
2025

**FABIANA CARLA DOS SANTOS SILVA
IZABELLA REGINA CORAT**

**DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA
PRÁTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL, COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado(a) à Faculdade Metropolitana
do Estado de São Paulo como exigência
parcial para obtenção do título de
Licenciado em Letras.

Orientador: Bruna Loria Garcia

RIBEIRÃO PRETO –
SP
2025

Catalogação-na-Publicação Biblioteca METROPOLITANA

Silva, Fabiana Carla dos Santos
Corat, Izabella Regina

G196i

Desafios contemporâneos na educação básica – Práticas
de inclusão social, com ênfase na educação antirracista /
Fabiana Carla dos Santos Silva/ Izabella Regina Corat. –
Ribeirão Preto, 2025.

51 f.

Orientadora: Bruna Loria Garcia

Monografia – Faculdade Metropolitana do Estado de São
Paulo, Graduação em Letras.

1. Família. 2. Escolas. 3. Racismo. I. Garcia, Bruna
Loria, orient. II. Título

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A
FONTE E COMUNICADO AOS AUTORES A REFERÊNCIA DA CITAÇÃO.

Ribeirão Preto, 05/02/2025.

À nossas famílias que sempre estiveram presentes, agradecemos a dedicação, carinho e apoio ao longo de toda vida, em especial no decorrer deste curso.

Agradecimentos

Agradecemos os nossos professores pela construção do caminho desta pesquisa, bem como a nossa orientadora por aceitar a construção desta investigação. Não podendo esquecer dos amigos que compartilharam as horas difíceis, as quais fazem parte da constituição de todo o percurso do pesquisador, lembrando do momento de apoio e compreensão por conta do cansaço e desânimo que tomam conta da fatigante tarefa de investigação acadêmico-científica. Além disso, é preciso lembrar nossas famílias, nosso porto seguro. Por fim, agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta.

“Que nós professores possamos aceitar o desafio de empreender novas pedagogias, que propiciem a descolonização dos currículos, dos saberes e também de nossas mentes”.

Tolentino

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os desafios contemporâneos da educação básica brasileira no que se refere à implementação de práticas antirracistas e inclusivas. Partindo da compreensão do racismo como fenômeno estrutural, conforme discutido por autores como Silvio Almeida, Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga, a pesquisa investiga de que forma a escola pode se constituir como espaço de promoção da equidade racial e de valorização das identidades negras. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de documentos legais, como a Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir desse conjunto teórico, busca-se identificar os principais desafios enfrentados por educadores na efetivação de práticas antirracistas, bem como refletir sobre o papel da formação docente na construção de uma escola mais democrática e plural. Entre os resultados, destaca-se a persistente distância entre os marcos legais e as práticas pedagógicas cotidianas, evidenciando a necessidade de políticas de formação continuada, materiais didáticos representativos e abordagens críticas que contribuam para o enfrentamento do racismo nas instituições escolares. Conclui-se que a educação antirracista exige compromisso político, pedagógico e afetivo, sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Educação básica. Antirracismo. Relações étnico-raciais. Formação docente. Inclusão.

ABSTRACT

This study aims to analyze the contemporary challenges faced by Brazilian basic education regarding the implementation of anti-racist and inclusive practices. Based on the understanding of racism as a structural phenomenon, as discussed by authors such as Silvio Almeida, Nilma Lino Gomes, and Kabengele Munanga, the research examines how schools can become spaces that promote racial equity and value Black identities. This is a qualitative study grounded in bibliographical research and the analysis of legal documents, such as Law 10.639/03, the National Curriculum Guidelines for Ethnic-Racial Relations Education, and the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC). Through this theoretical framework, the study identifies the main challenges teachers face in implementing anti-racist pedagogical practices and reflects on the role of teacher training in building a more democratic and diverse school environment. The results highlight the persistent gap between legal mandates and everyday pedagogical practices, demonstrating the need for continuous professional development, representative teaching materials, and critical approaches that contribute to confronting racism within school institutions. The study concludes that

anti-racist education requires political, pedagogical, and affective commitment and is essential for building a more just and equitable society.

KEYWORDS: Basic education. Anti-racism. Ethnic-racial relations. Teacher education. Inclusion.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1 Metodologia.....	12
2 Referencial teórico	13
3 Considerações Finais	15
Referências	16

Introdução

Falar sobre educação no Brasil é, inevitavelmente, falar sobre desafios profundos e históricos. Entre eles, o racismo, que ainda é uma ferida aberta dentro e fora da escola. Mesmo com avanços importantes, como a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, o cotidiano escolar ainda mostra o quanto precisamos caminhar para que a educação seja, de fato, um espaço de inclusão, respeito e valorização da diversidade.

A escola precisa ser mais do que um lugar de transmissão de conteúdos: ela deve ser um ambiente de formação crítica e afetiva, onde todas as vozes tenham vez e valor. E isso só é possível quando práticas antirracistas são assumidas com seriedade, indo além de datas comemorativas e discursos prontos. É preciso que o combate ao racismo esteja presente no currículo, nas relações, nos materiais didáticos e, principalmente, nas atitudes dos educadores.

Este trabalho nasce do desejo de refletir sobre essas práticas — o que já vem sendo feito, o que ainda falta fazer e como podemos, como educadores, contribuir para uma escola mais justa e verdadeiramente transformadora. O foco será a educação básica, com atenção especial ao papel do professor na construção de um ensino comprometido com a equidade racial e com a formação de sujeitos conscientes de seu lugar no mundo.

Escolher refletir sobre práticas antirracistas na educação básica não é apenas uma escolha acadêmica, mas também ética, afetiva e social. Em um país marcado por profundas desigualdades raciais e por um histórico de silenciamento das culturas negras e indígenas, é urgente que a escola assuma seu papel como agente de transformação. E isso começa pelo reconhecimento de que o racismo não está apenas “lá fora”, mas muitas vezes atravessa o cotidiano escolar de formas sutis ou explícitas.

Embora tenhamos leis e diretrizes que apontem para uma educação mais inclusiva — como a Lei 10.639/03 e a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) —, o que se vê, na prática, é uma distância entre o que está no papel e o que acontece dentro da sala de aula. Muitas vezes, os professores não se sentem preparados para abordar questões raciais com profundidade, ou ainda carregam, mesmo sem perceber, visões e atitudes moldadas por um sistema que por muito tempo apagou a contribuição dos povos negros na construção da nossa identidade.

Este trabalho se justifica, portanto, pela necessidade de dar visibilidade a essas

questões e propor caminhos possíveis para enfrentá-las. Falar sobre racismo na escola é também falar de escuta, de acolhimento, de representatividade e de construção de uma cultura de paz e respeito. A formação de uma consciência crítica sobre as relações raciais não pode ser adiada — ela é urgente, necessária e precisa começar desde cedo.

Através desta pesquisa, temos como objetivos investigar e refletir sobre as práticas antirracistas desenvolvidas na educação básica, analisando o papel dos professores na construção de uma escola mais inclusiva, crítica e comprometida com a equidade racial. Para isso, pretendemos analisar como a temática racial está sendo abordada no currículo e nas práticas pedagógicas da educação básica; identificar os desafios enfrentados por educadores na implementação de práticas antirracistas em sala de aula; refletir sobre a importância da formação continuada de professores para o enfrentamento do racismo no ambiente escolar; investigar experiências pedagógicas que valorizem a cultura e a história afro-brasileira como ferramenta de combate ao racismo; propor estratégias e ações educativas que fortaleçam o compromisso antirracista na prática docente.

1. Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, com foco em uma abordagem bibliográfica e documental. O objetivo é refletir sobre as práticas antirracistas na educação básica por meio do estudo de autores que discutem as relações étnico-raciais na escola, o racismo estrutural, a formação docente e os caminhos possíveis para uma educação mais inclusiva e transformadora.

A investigação será fundamentada em obras de pensadores como Silvio Almeida, que trata do racismo estrutural no Brasil; Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga, que abordam a importância da valorização da cultura afro-brasileira na escola e da formação de professores para o enfrentamento ao racismo; Djamila Ribeiro e Cida Bento, autoras que também escrevem sobre o anti racismo e a branquitude, além de Bell Hooks e Paulo Freire, que contribuem com reflexões sobre pedagogia crítica, afeto e educação para a liberdade.

Também serão analisados documentos legais e normativos que orientam a inclusão das relações étnico-raciais no currículo escolar, como a Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), incluindo artigos que falam sobre como a educação antirracista tem sido aplicada na escola, quais os pontos ainda a serem melhorados e por que eles ainda existem, e o que podemos fazer para que a Lei 10.639/03 seja efetivamente cumprida. A análise desses materiais permitirá compreender as diretrizes institucionais e legais que sustentam a prática pedagógica antirracista.

Por meio dessa revisão, busca-se construir uma reflexão crítica e fundamentada que aponte caminhos para a transformação da escola em um espaço de respeito, representatividade e justiça social.

2. Referencial teórico

No Brasil, o racismo é algo comum à nossa sociedade, pois tem uma estrutura social profundamente enraizada, pois nosso país é racista desde sua formação, através da escravidão e desigualdade social. De acordo com Silvio de Almeida (2019), “o racismo como ideologia molda o inconsciente.” Não podemos esquecer que o racismo estrutural está presente nas instituições, nas relações de poder e nas práticas cotidianas, reproduzindo privilégios e exclusões de maneira sistemática, o que o torna, ainda segundo Silvio de Almeida (2019) “um elemento constitutivo dos Estados.”

As escolas são microcosmos sociais, e, dentro delas, entendemos que o racismo não atinge somente alunos, mas também professores, e demais adultos que nelas trabalham, o que transforma a escola, que deveria ser um espaço de emancipação social, em um ambiente que irá reproduzir as desigualdades sociais.

O racismo se manifesta em diferentes dimensões na sociedade e nas escolas. Nestas, o currículo privilegia as manifestações culturais européias, ignorando as culturas indígenas e africanas, conforme Cida Bento (2022):

É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena, quando presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados.

(Bento, 2022)

Precisamos entender que o racismo em ambiente escolar não é resumido a insultos e preconceitos diretos, mas também os mecanismos simbólicos (como o currículo eurocentrado) e que deslegitimizam e silenciam identidades e saberes.

Os professores enfrentam o racismo de maneira direta em seu dia a dia, mas esse muitas vezes ocorre de forma velada e silenciosa, quando sua competência é questionada por alunos, colegas e gestores. Conforme Pinheiro (2023), “O Brasil é um país estruturalmente racista e, nesse cenário, não há como fugir do racismo na escola”, e isto naturaliza as dificuldades, o que dificulta a reação das vítimas do racismo, o que o torna ainda mais difícil de ser combatido.

A escola, enquanto componente de uma sociedade racista, sobremaneira reproduz e legitima a práticas discriminatórias, tornando por vezes a trajetória de alunos e alunas negras difícil e traumática.

(Tolentino, 2021)

A sociedade precisa começar a combater o racismo estrutural, e para isso, a partir de 2003 começou a contar com a Lei 10.639/2003 e em 2004 com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que são importantes avanços uma vez que orientam o trabalho pedagógico. E, faz-se necessário que as políticas sejam colocadas em práticas, com formações para os professores, que eles consigam entender e combater o racismo que ocorre dentro de sala de aula.

A formação docente tem que promover a educação antirracista, de maneira crítica, pensando no educador e educandos como agentes de transformação social, utilizando para isso materiais que representem, positivamente, a diversidade étnica-racial, tratando-se de um compromisso ético com justiça social, construindo uma educação realmente democrática.

Os professores, devido a suas experiências com racismo, acabam criando estratégias para se defenderem, de maneira individual e coletiva, dessas situações. Através de fortalecimento da identidade racial, com espaços de diálogos entre pares, participação em projetos que tratem de culturas africanas, são alguns exemplos do que pode ser feito para que a educação antirracista seja desenvolvida no país.

Como Paulo Freire (1996) diz, a educação deve ser um ato político, voltado para a emancipação, e não a reprodução de opressão, e para isso a escola deve ser um ambiente seguro, para que as práticas das atividades antirracistas sejam desenvolvidas e não ocorram situações como a ocorrida em uma escola de educação infantil na cidade de São Paulo, onde policiais, armados, entraram na unidade para questionar o trabalho desenvolvido e que uma criança desenhou um Orixá.

Campinas, em junho de 2025 criou um protocolo, que orienta que todas as escolas de educação municipal devem ter uma comissão antirracista, e que esta deve constar no PP de cada unidade. Apesar de críticas e questionamentos sobre como esse protocolo foi criado e como ele poderá ser posto em prática, esse é um avanço para que a prática antirracista seja aplicada no município.

3. Considerações Finais

O estudo mostrou que não basta reconhecer o racismo como um fenômeno social amplo; é preciso entender como ele se manifesta nos gestos, nas escolhas pedagógicas, nos currículos, nas expectativas sobre os estudantes e até no silêncio diante das situações de discriminação. Quando essas questões não são enfrentadas, a escola reforça desigualdades e limita a formação integral dos jovens — exatamente o oposto de sua função social. Ao mesmo tempo, este trabalho evidencia que a escola tem potencial para promover mudanças concretas. Quando há intencionalidade pedagógica, formação de professores, diálogo com a comunidade e valorização das identidades negras, abre-se espaço para práticas que fortalecem autoestima, pertencimento e leitura crítica do mundo. A educação antirracista, portanto, não é uma proposta abstrata: ela se materializa em ações diárias, escolhas políticas e compromissos coletivos.

Conclui-se, assim, que enfrentar o racismo na educação exige constância, sensibilidade e responsabilidade. É um processo que envolve revisar práticas, reconhecer erros, escutar estudantes e construir caminhos mais justos. Espera-se que as reflexões apresentadas neste TCC sirvam como incentivo para que a escola continue se reinventando, assumindo sua função transformadora e garantindo que todas as vozes — especialmente as que historicamente foram apagadas — tenham espaço para existir, aprender e florescer.

Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural e Educação**. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003, seção 1, p. 1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- FERREIRA, A. J. **Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores**. R. Educ. Públ. [online]. 2012, vol.21, n.46 . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2238-20972012000200005&script=sci_abstract. Acesso em: 18 jun. 2025
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 84. ed. São Paulo, Paz & Terra, 2019
- GOMES, N. L. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. 1. ed. Minas Gerais, Autêntica, 2025.
- HONÓRIO, G. **PM com metralhadora entra em escola infantil em SP após pai reclamar de desenhos de matriz africana, afirma funcionária**. G1. 18 nov. 2025 Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/11/18/pm-com-metralhadora-entra-em-escola-infantil-em-sp-apos-pai-reclamar-de-desenhos-de-matriz-africana-afirma-funcionaria.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2025
- HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir – a educação como prática da liberdade**. 3. ed. São Paulo, W M F Martins Fontes, 2024
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. 3. ed. Minas Gerais, Autêntica, 1999
- PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**, 1. ed. São Paulo, Planeta, 2023

PREFEITURA DE CAMPINAS ADOTA PROTOCOLO PARA AÇÕES EM CASOS

DE RACISMO NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL. Prefeitura Municipal de Campinas. 13 jun. 2025. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/prefeitura-de-campinas-adota-protocolo-para-acoes-em-casos-de-racismo-na-educacao-municipal-124924>

Acesso em: 28 nov. 2025

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista.** 1. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SILVA, M. **Da educação eurocêntrica à educação antirracista: uma introdução.** Dialogia, [S. l.], n. 38, p. e20213, 2021. DOI: 10.5585/38.2021.20213. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20213>. Acesso em: 18 jun. 2025.

TOLENTINO, L. **Outra educação é possível.** 1. ed. Minas Gerais, Mazza Edições, 2021